

Precatórios agravam gasto público

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros, admitiu ontem que ajustar as contas públicas tem sido mais difícil do que se esperava. "O ajuste tem sido mais lento do que se imaginava, apesar de todo o esforço." Segundo ele, o governo foi surpreendido pelo impacto de contas como o pagamento de precatórios e o acerto prévio de contas das empresas estatais, antes de sua privatização.

No ano passado, foram gastos R\$ 3,6 bilhões com o pagamento de precatórios da União e dos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Mendonça de Barros explicou que esse tipo de despesa pesava pouco quando havia inflação, pois a postergação do pagamento acabava deteriorando seu valor.

Além disso, com o fim da inflação houve um aumento dos gastos com sentenças judiciais.

O ajuste fiscal também foi dificultado pelo reconhecimento de dívidas acumuladas no passado (os chamados "esqueletos") e a necessidade de injetar recursos nas estatais para torná-las mais atrativas na privatização. Só para privatizar o Credireal e o Bamerj, o custo foi de R\$ 3,5 bilhões.

Mendonça de Barros disse que essas despesas tendem a cair. A conta do Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS) foi reduzida em R\$ 13 bilhões somente com mudanças nas taxas de juros dos contratos habitacionais. Nos gastos com precatórios, a União conseguiu economizar R\$ 5,7 bilhões entre 95 e 97 somente com a contestação de cálculos judiciários.